



A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA EM MAX WEBER À LUZ DO PENSAMENTO HISTÓRICO: CRÍTICA E CONVERGÊNCIA DE UM DEBATE

Alan Ricardo Duarte Pereira¹

Universidade Gama Filho

Goiânia, Goiás, Brasil

alanricardoduarte@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo primordial analisar, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos de Max Weber, as implicações e discussões em torno da chamada neutralidade axiológica. Assim, buscaremos recuperar, no centro do pensamento de Weber, os procedimentos científicos responsáveis pela objetividade do conhecimento. Num primeiro momento, apresentaremos a concepção de Weber com relação à neutralidade axiológica e, posteriormente e no final do artigo, tentar-se-á investigar as limitações do pensamento Weber recorrendo, por sua vez, a perspectiva marxista (especialmente à interpretação, como também, às críticas de Nildo Viana referente à neutralidade axiológica). Para tanto, o trabalho ocupasse, em linhas gerais, em não somente apresentar às idéias de Weber, mas, acima de tudo, de compreender suas limitações e, portanto, considerar que o legado weberiano, assim como suas principais ideias precisa, nos dias atuais, de uma reavaliação.

Palavras-chaves: Objetividade. Modernidade. Ciências da Cultura.

O tema da neutralidade axiológica é, sem dúvida, um assunto que levanta discussões e atrai, como uma fruta saborosa e convidativa, os intelectuais comprometidos com um saber – aparentemente – “científico e objetivo”. O tratamento

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especializando em Ciências Humanas pela Universidade Gama Filho (UGF). Realizou intercâmbio institucional na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em Portugal ao abrigo do Programa de Mobilidade Luso-Brasileiras do Santander.

rigoroso de determinadas questões, assim como os elementos teórico-metodológicos, fazem parte de um repertório que busca constantemente, a sua maneira, a utilização correta dos procedimentos científicos com o objetivo de elaborar resultados plausíveis e, sobretudo, objetivos. Dentro desse contexto, a figura de Max Weber é referência obrigatória, por um lado, ao desenvolver um método específico para as ciências sociais, ou seja, o método compreensivo e, de outro lado, por conferir legitimidade as ciências sociais e elevá-la, diretamente, ao estatuto de ciência (Weber, 2004). Na obra de Weber e, por conseguinte, na sua vida individual, a “neutralidade axiológica” ou precisamente a “isenção de valores” (*Wertfreiheit*) assume um papel fundamental – e, por sinal, onipresente – em seus postulados teóricos.

Do ponto de vista social e histórico, a neutralidade axiológica é um procedimento exeqüível, em outras palavras, é possível isentar-se dos valores construídos socialmente e elaborar, por sua vez, um conhecimento autêntico? Em que medida e circunstâncias, a neutralidade axiológica não passa (e limita-se) em uma utopia científica? Parafraseando o historiador Febvre (1989), a cidade da objetividade pode, realmente, vigiar e expulsar, de vez, o cavalo de Tróia da subjetividade? Essas questões, embora sucintas, ajuda-nos a pensar, de fato, as características do saber científico e, com isso, esquivar-se das armadilhas preparadas especialmente pela sociedade capitalista e suas relações de dominação burguesa.

Para tanto, o presente estudo, em estado propedêutico, tem como objetivo primordial analisar, sob o ponto de vista marxista, a idéia de neutralidade axiológica segundo a perspectiva de Max Weber. A escolha desse autor – ao invés de outros estudiosos – deve-se ao fato de apresentar, com bastante visibilidade, as principais teorias e concepções em relação à neutralidade axiológica e, portanto há “(...) evidências claras de que, desde cedo, Weber acreditara ser esta uma das características essenciais do trabalho científico.” (MATA 2010, p.264).

De início, duas questões são válidas e esclarecedoras para nossa discussão: em primeiro lugar, é fundamental contextualizar que a palavra “objetividade”, em contraposição a “subjetividade”, era uma aspiração intelectual que, na época de Weber e no campo do positivismo do século XIX, significava a independência completa dos valores e posições de um indivíduo. Por outro lado, a palavra “objetividade” denotava, basicamente, a análise pura de um objeto, isto é, sem intermediários. Desse modo, a compreensão dos fenômenos sociais e políticos, em termos científicos, só teriam

validade a partir do momento que o cientista abnegasse seus valores e concepções pessoais e, finalmente, realizasse uma análise precisa sem mediações e ideologias.

Outra questão fundamental é, ademais, o conceito de axiologia. O que é axiologia?² Para muitos, e seguindo a etimologia da palavra, é considerada “ciência dos

² Evidentemente, o significado para o termo axiologia é, de fato, polissêmica. Originalmente, à nomenclatura axiologia surge atrelado às problemáticas filosóficas e, mais adiante, no século XIX com a sociologia (especialmente com o positivismo de Auguste Comte e seus seguidores) assume papel central. Para a *Encyclopedia Britannica* define-a, em linhas gerais, como “Axiology, (from Greek *axios*, “worthy”; *logos*, “science”), also called Theory Of Value, the philosophical study of goodness, or value, in the widest sense of these terms. Its significance lies (1) in the considerable expansion that it has given to the meaning of the term value and (2) in the unification that it has provided for the study of a variety of questions— economic, moral, aesthetic, and even logical—that had often been considered in relative isolation. The term “value” originally meant the worth of something, chiefly in the economic sense of exchange value, as in the work of the 18th-century political economist Adam Smith. A broad extension of the meaning of value to wider areas of philosophical interest occurred during the 19th century under the influence of a variety of thinkers and schools: the Neo-Kantians Rudolf Hermann Lotze and Albrecht Ritschl; Friedrich Nietzsche, author of a theory of the transvaluation of all values; Alexius Meinong and Christian von Ehrenfels; and Eduard von Hartmann, philosopher of the unconscious, whose *Grundriss der Axiologie* (1909; “Outline of Axiology”) first used the term in a title. Hugo Münsterberg, often regarded as the founder of applied psychology, and Wilbur Marshall Urban, whose *Valuation, Its Nature and Laws* (1909) was the first treatise on this topic in English, introduced the movement to the United States. Ralph Barton Perry’s book *General Theory of Value* (1926) has been called the magnum opus of the new approach. A value, he theorized, is “any object of any interest.” Later, he explored eight “realms” of value: morality, religion, art, science, economics, politics, law, and custom. A distinction is commonly made between instrumental and intrinsic value—between what is good as a means and what is good as an end. John Dewey, in *Human Nature and Conduct* (1922) and *Theory of Valuation* (1939), presented a pragmatic interpretation and tried to break down this distinction between means and ends, though the latter effort was more likely a way of emphasizing the point that many actual things in human life—such as health, knowledge, and virtue—are good in both senses. Other philosophers, such as C.I. Lewis, Georg Henrik von Wright, and W.K. Frankena, have multiplied the distinctions—differentiating, for example, between instrumental value (being good for some purpose) and technical value (being good at doing something) or between contributory value (being good as part of a whole) and final value (being good as a whole). Many different answers are given to the question “What is intrinsically good?” Hedonists say it is pleasure; Pragmatists, satisfaction, growth, or adjustment; Kantians, a good will; Humanists, harmonious self-realization; Christians, the love of God. Pluralists, such as G.E. Moore, W.D. Ross, Max Scheler, and Ralph Barton Perry, argue that there are any number of intrinsically good things. Moore, a founding father of Analytic philosophy, developed a theory of organic wholes, holding that the value of an aggregate of things depends upon how they are combined. Because “fact” symbolizes objectivity and “value” suggests subjectivity, the relationship of value to fact is of fundamental importance in developing any theory of the objectivity of value and of value judgments. Whereas such descriptive sciences as sociology, psychology, anthropology, and comparative religion all attempt to give a factual description of what is actually valued, as well as causal explanations of similarities and differences between the valuations, it remains the philosopher’s task to ask about their objective validity. The philosopher asks whether something is of value because it is desired, as subjectivists such as Perry hold, or whether it is desired because it has value, as objectivists such as Moore and Nicolai Hartmann claim. In both approaches, value judgments are assumed to have a cognitive status, and the approaches differ only on whether a value exists as a property of something independently of human interest in it or desire for it. Noncognitivists, on the other hand, deny the cognitive status of value judgments, holding that their main function is either emotive, as the positivist A.J. Ayer maintains, or prescriptive, as the analyst R.M. Hare holds. Existentialists, such as Jean-Paul Sartre, emphasizing freedom, decision,

valores” ou, mais adiante, um ramo científico que, para além das questões valorativas, preocupa-se em elaborar um conhecimento, por assim dizer, objetivo. Se analisarmos a axiologia do ponto de vista prático e não somente teórico, conclui-se, de fato, que é uma proposta de difícil aplicação. Em outras palavras, “uma ciência dos valores é algo inexistente (...) não passa de uma proposta que nunca se realizou (...) esta definição é marcada por uma inocência que releva seu caráter ideológico” (VIANA, 2007, p.29). Desse modo, deparamo-nos, ao recorrer à neutralidade axiológica, com questões complexas e, portanto, carregada de concepções ideológicas em que o conhecimento, assim como os valores, assume determinada autonomia – e, não obstante, uma fetichização.

Dentro desse contexto, qual seria, aliás, a concepção de Max Weber ao desenvolver, em seus escritos, a idéia de neutralidade axiológica? Teria esse autor, como os demais de sua época, caído na idéia ingênua de acreditar na neutralidade como um campo isento de qualquer concepção ideológica ou subjetiva? Ademais, qual procedimento torna possível uma efetiva neutralidade em que o indivíduo é capaz de produzir, a seu modo, um conhecimento (totalmente) puro? Para responder essas questões, além de uma análise pontual e concisa das principais idéias e procedimentos desenvolvidos pelo respectivo autor em estudo, por fim, é necessário recorrer à própria trajetória intelectual de Weber.

A preocupação de Weber com a objetividade nas ciências sociais, ou mais precisamente, com as ciências da cultura, é resultado, de um lado, do contexto histórico-social da República de Weimer na Alemanha, instaurada logo após a I Guerra Mundial e ligado, diretamente, à legitimação das ciências humanas num contexto marcado, sobretudo, pelas ideias de cientificidade e a emergência de um método contingente e plausível para as ciências humanas, já que, em decorrência da hegemonia das ciências naturais e do positivismo, a disputa entre as duas tendências no âmbito estritamente

and choice of one's values, also appear to reject any logical or ontological connection between value and fact". (ENCYCLOPEDIA BRITANNIC). É interessante observar nessa conceituação que o termo axiologia, além de ser considerado teoria do valor, perpassa não somente às ciências humanas, mas, sobretudo, às ciências naturais e exatas. Em outras palavras, "Because "fact" symbolizes objectivity and "value" suggests subjectivity, the relationship of value to fact is of fundamental importance in developing any theory of the objectivity of value and of value judgments". A contraposição entre fato e valor evoca, nesse contexto, a problemática da objetividade (sinônimo de fato) e da subjetividade (valor). Com base nessas postulações, nomeadamente do positivismo, Max Weber irá fundamentar toda sua teoria da neutralidade axiológica (*Wertfreiheit*)

científico eram, de fato, conflituosas. Naquela conjuntura, e durante a existência de Weber, em determinadas passagens de suas obras, é possível perceber, de modo categórico, a exposição de problemas enfrentados pelas universidades alemãs, impregnadas de ideologias, profissão de fé em relação à política e à religião. Nota-se que em sua trajetória intelectual e teórica, a busca da neutralidade axiológica resultou, dentre outros fatores, no abandono da Associação para a Política Social (*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*) e, mais adiante, a Sociedade Alemã de Sociologia, ou seja,

Frustrado com a resistência e a oposição da maior parte de seus colegas, Weber abandona a Associação para a Política Social, não sem antes travar longa e áspera polêmica com o grande nome da História Econômica e líder da Associação, Gustav Schmoller. Em nome do mesmo ideal Weber abandonaria ainda a Sociedade Alemã de Sociologia, que ele próprio ajudara a fundar (MATA, 2010, p.263)

É, portanto, nesse contexto que Weber³ buscou valorizar um conhecimento objetivo, longe de juízos de valores e o comprometimento com a realidade concreta, em outras palavras, a busca pela neutralidade científica. O título de seu trabalho *“objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*, não é escolhido aleatoriamente, ou seja, é interessante observar, para nossa discussão, que Weber coloca a palavra “objetividade” entre aspas. Isso mostra, certamente, que o respectivo autor não tratará, de forma simples, o tema da objetividade como algo dado, pronto e acabado; ao contrário, Weber problematiza a idéia de objetividade e a coloca, portanto, em

³ De maneira distinta, como demonstra em recente trabalho José D'Assunção Barros (2011) *Max Weber: a harmonização de paradigmas conflitantes*, a obra de Weber, dialeticamente, é perpassada por modelos antagônicos, mas, ao mesmo tempo, estabelece-se, no sistema weberiano, uma harmonização. Para Barros (2011) os principais modelos (ou escolas) onipresentes em Weber são, em resumo, o Historicismo e o Positivismo. No entanto, é importante citar, para nossa compreensão, a metáfora utilizada por Barros (2011) cognominada *acorde-teóricos*: na teoria musical o acorde é um conjunto (duas ou mais notas) tocado simultaneamente que produz, portanto, uma sonoridade harmônica; em sentido restrito, o acorde apresenta diferentes sons musicais, por exemplo, o acorde de Do maior é formado pelo dó (nota primeira e, por conseguinte, a nota fundamental), Mi e a nota Sol; em um acorde é possível conectar notas opostas, mas que, em concomitância, produzem uma sonoridade harmônica. Nesse sentido, para Barros (2011), cada pensador produz seu próprio "acorde-teórico", ora influenciado por notas fora de sua escala musical, porém, coadunadas e, do mesmo modo, refletem as características de uma escola história, ou mesmo, a elaboração de um novo som. Dentro desse contexto, Weber anda por caminhos dúbios, ou seja “(...) parece em alguma maneira se situar em uma posição intermediária entre um cientificismo de cunho tendente ao Positivismo, que acredita na possibilidade de alcançar resultados objetivos (...) e um Historicismo que já deixa entrever claramente uma posição relativista, pois admite uma complexa subjetividade do próprio sujeito de conhecimento (...). A ambição de assegurar uma neutralidade científica a maneira positivista constituiu, portanto, a segunda notado “acorde Weber” . (BARROS, 2011, p.129-131).

discussão⁴. Naturalmente, essa preocupação com os termos, além de representar, em certa medida, o avanço intelectual de Weber é, na verdade, uma tentativa – aparentemente exitosa e plausível –, no entanto, cheia de falhas e lacunas teórico-metodológicos – de abnegar à ingenuidade e malogro de outros autores (especialmente Durkheim) que defenderam a isenção de valores, mas, ao mesmo tempo, Weber pretende justificar, no campo teórico, a possibilidade da neutralidade axiológica. Destarte, o que percebemos em Weber é, em suma, uma nova abordagem (metodológica e empírica) da neutralidade tentando distanciar-se, por sua vez, de um tratamento mais convencional e acrítico.

Segundo a perspectiva weberiana, o procedimento científico deve ser realizado com objetivo de apreender a realidade concreta, mas, antes de tudo isso, é necessário que o cientista da cultura mantenha uma neutralidade científica para desviar-se das ideias e valores humanos que, no processo de investigação, apareceram como um prato convidativo cheio de iguarias. No entanto, diante dos pressupostos de Weber e a busca de um conhecimento axiologicamente neutro, cabe perguntar se, de fato, é possível isentar-se dos valores construídos socialmente e, a partir disso, produzir um conhecimento genuíno, livre de quaisquer ideologias? Nas palavras de Barros (2011), “como produzir um conhecimento objetivo, se desde já a própria escolha do seu objeto de estudo o pesquisador (...) atravessado por subjetividades? (...)” (BARROS, 2011, p.146).

Com o objetivo de explicar suas ideias a respeito da neutralidade axiológica, em termos práticos, Weber propõe a separação rigorosa entre juízo de fato (o que é) e juízo de valor (o que deve ser). A partir da tensão e o contato desses elementos, pode-se, categoricamente, rastrear o epicentro da teoria de Weber: o conhecimento objetivo (juízo de fato) e, em contraposição, o conhecimento valorativo (juízo de valor). Conforme o próprio nome, o juízo de valor é, para Weber, às crenças pessoais, sentimentos, enfim, todos os elementos subjetivos que não podem oferecer,

⁴Nota-se que no início de sua vida acadêmica, especialmente nas primeiras obras, Weber utilizava as palavras “objetividade”, “neutralidade axiológica” ou mesmo “isenção de valores” sem aspas e, às vezes, como termos equivalentes. Nos últimos escritos, e após 1904, *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais e A ética protestante e o espírito do capitalismo*, em determinadas passagens, é possível perceber como Weber questiona esses termos e, por vezes, critica-os. Para Mata (2010) “O termo *Wertfreiheit* aparece tardiamente nos escritos de Weber. Ele expressa, em última análise, uma melhor fundamentação no plano epistemológico (mas também axiológico) de um princípio que, para Weber, tinha importância verdadeiramente “biográfica”: a ênfase na busca da imparcialidade no trabalho de investigação histórico-social” (MATA, 2010, p. 264).

cientificamente, um conhecimento coerente “Juízos de valor não deveriam ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica, devido ao fato de derivarem (...) de determinados ideais, e de por isso terem origens ‘subjettivas’” (WEBER, 2006, p. 109). Nesse sentido, percebemos que a preocupação de Weber reside, por assim dizer, em justificar que o juízo de valor não é, em hipótese alguma, confiável para um conhecimento objetivo ou, em certo sentido, não acrescenta nada ao indivíduo preocupado em entender, de modo científico, à realidade. Em outras palavras, o conhecimento guiado por valores pessoais não contribuiu, como também esconde, em sua análise, alguns elementos da realidade. Como consequência, o juízo de valor é responsável por camuflar e, ao mesmo tempo, restringir o campo de análise. Para Weber não cumpre o papel da ciência, pois, “(...) uma das tarefas essenciais de qualquer ciência da vida cultural dos homens é (...) a apresentação clara e transparente de suas idéias, para compreendê-las e para saber o porquê de se ter lutado por elas” (WEBER, 2006, p. 110).

De maneira sistemática e, talvez forçosamente, Weber, a sua maneira, mostra-nos que fazer ciência não implica abandonar (total, aliás) o juízo de valor, ou seja, o juízo está presente desde o começo da pesquisa e perpassa, basicamente, os elementos *a priori* da investigação científica (Weber, 2005). Após esses primeiros passos, como a delimitação do tema de pesquisa, as fontes e métodos são, portanto, escolhidos pelo cientista da cultura e obedecem, obviamente, suas predileções individuais. Mas como alcançar a neutralidade científica se desde o primeiro momento os valores cercam o pesquisador como uma muralha intransponível? De fato, a neutralidade científica deve ser estabelecida na hora de reflexão e análise dos dados escolhidos, ou seja,

Considera-se praticamente impossível negar que uma investigação empírica esteja isenta dos fatores históricos, mas deve ser da responsabilidade do homem de ciência ter o compromisso, como pretendia Weber, de chegar a uma determinação objetiva (...) tem como ponto de partida a subjetividade (...) (FONSECA, 19997, p.27).

Em seus argumentos Weber defende a neutralidade axiológica afirmando, quase sempre, que o abandono dos valores pessoais é factível no âmbito científico. Em geral, seus argumentos giram em torno da ideia que cientista da cultura, utilizando-se, por sua vez, da interpretação é um atribuidor de significados. Destarte, sua própria condição é perpassada por valores culturais. De acordo com as palavras peremptórias de Weber (2006),

Não existe nenhuma análise científica puramente objetiva da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais ilimitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nossos propósitos – dos fenômenos sociais, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita e implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, como objetivos de pesquisa (WEBER, 2006, p.43)⁵.

As perguntas da investigação são, verdadeiramente, oriundas da perspectiva do pesquisador, mas, as resposta devem constituir-se livres de julgamentos ideológicos. Para Weber, cabe ao pesquisador refrear, no processo de análise de dados, os julgamentos valorativos e, por conseguinte, elaborar um conhecimento objetivo. Segundo Cohn (2006),

O conhecimento científico é objetivo nos resultados (que valem igualmente para todos os que o procuram), mas não na gênese, pois a força motriz da pesquisa é dada por valores (que valem somente para os que aderem as eles). Isso equivale a dizer que sem referências a valores não se pratica ciência (pois então ela carece de interesse), mas, se o cientista não souber despojar-se dos valores que o guiaram na seleção de seu objeto de estudo ao realizar a pesquisa, cometerá um erro, da perspectiva weberiana: o de apresentar como conhecimento científico com valor universal aquilo que não passa de reiteração em outros termos dos interesses práticos particulares aos quais ele adere (COHN, 2006, p.11-12).

Para chegar à neutralidade axiológica Weber utiliza um recurso metodológico: os *tipos ideais*⁶. De forma resumida, os tipos ideais representam, basicamente, a construção teórica de causas irreais para se chegar a causas prontamente reais. A partir desse procedimento, os tipos ideais, é possível detectar, no plano erigido pelo cientista, o que é e, do mesmo modo, o que não deve ser. Para Fonseca (1997),

Weber viu na construção dos tipos ideais um meio do cientista de despir de seu juízo de valor, de excluir toda avaliação. Só mediante fórmulas conceituais típico-ideais é que é possível se chegar a compreensão e explicação da natureza do objeto de estudo, sem a interferência das avaliações, das falsas premissas, da subjetividade (FONSECA, 1997, p.32).

Desse modo, os tipos ideais são um recurso metodológico em que o cientista utiliza-o, mas que, de início é somente um modelo abstrato. Não constitui, de maneira

⁵ Segundo Michel Lowy, “os valores determinam as questões da investigação, mas as respostas devem ser estritamente Wert-frei; o objeto de pesquisa foi determinado a partir de um ponto de vista valorativo, mas a démarche concreta da pesquisa científica sobre esse objeto é submetida a regras objetivas e universais, a um tipo de conhecimento de validade absoluta; os valores forjam os instrumentos conceituais, mas a forma de utilizá-lo no estudo científico de causalidade é regida por normas gerais”(LOWY, 1995, p.37).

⁶ Segundo Tragtenberg, “a teoria do tipo ideal é o ponto terminal do processo de pesquisa, representa o momento maduro da metodologia weberiana, o instrumento de pesquisa utilizado por Weber nos seus mais importantes estudos”. (TRAGTENBERG, 2001, p.24).

alguma, uma etapa final do processo de investigação, mas apenas um meio. Nas palavras de Weber,

Obtém um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e concretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 2006, p.106).

No tocante à neutralidade axiológica, os tipos ideais, são considerados para Weber uma ferramenta útil. Não representam a realidade, mas apenas indícios da mesma e podem ser utilizado pelos cientistas sociais. A partir desse procedimento, segundo Weber, é possível flexibilizar a pesquisa científica e alcançar, de forma cognoscível, um conhecimento objetivo.

No entanto, ao centrar sua atenção na elaboração de um conhecimento neutro e objetivo, infelizmente, Weber não percebeu que a fragmentação da realidade e, por conseguinte, o caráter independente do conhecimento é, aliás, uma ilusão ideológica criada pela modernidade. Weber caminha por caminhos dúbios: embora ratifique a impossibilidade de um conhecimento puramente neutro, esquece de levar em consideração o caráter histórico e social do conhecimento – não somente do conhecimento, mas, acima de tudo, o valor (e, portanto, axiológico) que a burguesia instaurou como supremo, ou seja, a troca de mercadorias em detrimento do uso. A resposta (e, portanto, a solução) que Weber desenvolveu para a problemática da neutralidade axiológica e o conhecimento objetivo é, no entanto, formal e reduz-se demasiadamente ao campo conceitual e epistemológico,

Ela não aparece como uma admoestação contra a tomada de posição do historiador, mas se limita à esfera conceitual. Ao defender o uso de conceitos generalizantes também nas ciências históricas (por intermédio dos *tipos ideais*) Weber adverte que tais tipos não são um “ideal” a ser perseguido, mas ficções úteis, “utopias” cuja única finalidade é permitir a análise racional de uma realidade que é “infinita” e, por princípio, inatingível na sua concretude fática. Weber conhecia suficientemente bem os debates teóricos que se desenvolviam no campo das ciências jurídicas e da teologia, e se afastava de ambas as disciplinas precisamente neste ponto. De certa forma, o tipo ideal weberiano pode ser considerado um conceito jurídico “desnormativizado”, um conceito teológico secularizado (MATA, 2010, p. 266-267).

Do ponto de vista marxista a neutralidade axiológica é possível? Ao criticar os valores modernos e sistematizar, no âmbito da teoria marxista, o caráter ideológico derivado, em grande parte, da concepção burguesa do conhecimento, Viana (2007) esclarece que,

Vivemos num mundo valorativo, que é o mundo humano, e somente numa fantasiosa ideologia da neutralidade científica ou autonomia da arte é que se poderia pensar em estar “livres de valores”. O ser humano é um ser valorativo (...). Existem valores universais e valores particulares, autênticos e inautênticos. Logo, os valores não são equivalentes e por isso podemos e devemos optar por determinados valores em detrimento de outros (VIANA, 2007, p.12).

A partir dessas constatações, portanto, considera-se que vivemos num mundo permeado por valores axiológicos, mas acima de tudo, e como demonstra Viana (2007) em sua análise, os valores são constituídos de modo social e, por consequência, historicamente. Esses valores, universais ou não, manifestam-se em todas as esferas da vida, desde a arte até a política. Obviamente, as ideias dominantes, tal como definiu Karl Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, não representam a essência humana, ao contrário, são produtos da falsa consciência sistematizada e produzida em cada época pela classe dominante e classes auxiliares, como a burocracia e, não raro, os intelectuais. Para tanto,

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico (...). Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real (MARX; ENGELS, 1983, p. 6-7).

A produção intelectual, de acordo com a perspectiva apresentada por Marx, é oriunda do próprio homem. Quer dizer, não surge de fantasias e abstrações metafísicas, ao contrário, tem origem no próprio indivíduo que elaborou-a e, por isso, é construída (e legitimada) socialmente. O fundamental, nesse contexto, é verificar que todos os valores produzidos pelo ser humano, desde a esfera artística até a política, são dotados de significado/influência na medida em que, o próprio indivíduo e/ou a sociedade, atribui valor. Em outras palavras, os valores são atributos sociais e, por conseguinte, não podemos considerá-los como naturais, ou seja, os valores não nascem originalmente com os objetos. Os valores são produzidos pelo homem e, para tanto, significa dizer

que um valor, sem dúvida, é fornecido pela sociedade que circunstancia-o. Um determinado objeto, ou mesmo uma teoria científica, só adquire importância, quando o homem lhe atribui seu valor. Desse modo, considera-se que

(...) que os valores não são atributos próprio dos seres e, ao mesmo tempo, que não são “subjetivos”. Não são dotados nem de “objetividade” nem de “subjetividade”. Deixando de lado o caráter ideológico destes termos, derivados da ideologia burguesa do conhecimento, podemos dizer que o valor de uma obra de arte, de uma ação heróica ou de uma frase, não se encontra neles e sim naquele que atribui tal valor: o ser humano (VIANA, 2007, p.23).

Com base nessas constatações, a neutralidade axiológica, mesmo com procedimentos e implicações próprias, é fruto de visões ideológicas que tentam, por sua vez, falsificar a realidade ou mesmo criar condições (embora convidativa e com um caráter nomeadamente científico) para uma tarefa, de fato, impossível no âmbito intelectual e social. Nesse sentido, a figura de Weber é central, uma vez que, tentando superar as limitações da neutralidade axiológica de sua época pretendeu, com suas formulações e estudos, atingir um nível mais elaborado do conhecimento objetivo (é claro, livre de valores, porém, no final, sem êxito). A partir de seu caráter biográfico – e, ao mesmo tempo, teórico – percebemos a incompatibilidade de suas ideias e a ausência de exequibilidade em seu projeto axiológico, além disso, “(...) há razões para crer que a doutrina dos valores de Max Weber não foi seguida de forma conseqüente nem mesmo por Max Weber”. (MATA 2010, p.271).

De forma sucinta, ao analisar as implicações em torno da neutralidade axiológica em Max Weber, evidentemente, muitas questões saltam aos nossos olhos e mostram-se altamente pertinentes. É inconteste a contribuição de Weber para as ciências da cultura, igualmente, é difícil escamotear que, o processo de investigação científica, é carregado por valores subjetivos. No entanto, a busca pela clássica objetiva não exclui, de maneira absoluta, por assim dizer, sua amiga: a subjetividade. Ao contrário, é no contato (e na fronteira) entre esses dois elementos que surgem, efetivamente, o caráter ideológico do conhecimento científico na sociedade capitalista. Assim, o projeto de neutralidade axiológica em Weber, como pode-se averiguar, não passa de uma formulação puramente conceitual ou, em outras palavras, não consegue sair do terreno epistemológico. Desse modo, o legado weberiano, assim como suas principais ideias, precisa, nos dias atuais, de uma reavaliação.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Max Weber: a harmonização de paradigmas conflitantes. In: _____. *Teoria da História: acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2011.

COHN, Gabriel. Apresentação: O sentido da ciência. In: WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Axiology*. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/46184/axiology>. Acesso em: fevereiro de 2013.

FEBVRE, Lucien. Viver a história. In: _____. *Combates pela história*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FONSECA, Ailton Siqueira de Souza. BRAZ, Emanuel Pereira. Considerações a respeito da neutralidade axiológica em Max Weber. In: *Revista Expressão da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*. V. 1, n. 1. Mossoró: URRN, 1997.

LOWY, Michel. *Ideologias e Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MATA, Sérgio da. "O dever-ser é coisa do Diabo"? Sobre o problema da neutralidade axiológica em Marx Weber. *Dimensões*, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2533/2029>. Acesso em: fevereiro de 2013.

TRAGTENBERG, Maurício. Introdução à edição brasileira: a atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas, 2001.

VIANA, Nildo. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2005.

_____. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 2004.